

Apresentação das linhas de acção governativa da área da Administração e Justiça para o ano de 2023

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Venho hoje apresentar a esta nobre Assembleia, a situação da execução das linhas de acção governativa da área da Administração e Justiça desenvolvidas em 2022 e os principais planos de trabalho para o ano de 2023.

Em 2022, demos continuidade ao aprofundamento da governação electrónica, em Abril, foi lançada a versão actualizada da “Conta Única de Macau”, que conta com mais estabilidade e utilidade prática e novas funções, nomeadamente, o pagamento do imposto de circulação e das multas de trânsito, a inscrição nas actividades e marcação de espaços e instalações dos serviços públicos, o requerimento do título de viagem, o envio de peças processuais, o pagamento de despesas de água e electricidade, etc.

Até 31 de Outubro, estão registados na “Conta Única de Macau” mais de 418 mil utilizadores, 6,2 vezes mais do que antes da entrada em vigor da Lei da Governação Electrónica, oferecendo um total de 165 serviços e

funções que abrangem várias áreas relacionadas com a vida quotidiana da população e o emprego. Os veículos vinculados à “Conta Única” representam mais de 50% do número total dos veículos registados em Macau.

Concomitantemente, temos promovido constantemente a abertura de dados do Governo. Até 31 de Outubro, foram aumentados para 602 os conjuntos de dados disponibilizados pela Plataforma de Dados Abertos do Governo, envolvendo várias áreas, nomeadamente de assuntos jurídicos, transporte, cuidados de saúde, educação, entre outras.

Efectuámos um controlo rigoroso do número total dos trabalhadores dos serviços públicos que era de 34 510 em Outubro do corrente ano. Relativamente à estrutura orgânica dos serviços públicos, foram reorganizados oito serviços públicos e dez fundos autónomos, incluindo: criação do Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica e do Gabinete Preparatório do Centro Médico de Macau do *Peking Union Medical College Hospital*/Hospital de Macau, criação da Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana e da Direcção dos Serviços de Obras Públicas na sequência da reestruturação dos serviços públicos existentes, aperfeiçoamento do Fundo de Turismo, fusão do Fundo de Acção Social Escolar, do Fundo de Desenvolvimento Educativo e do Fundo do Ensino Superior no Fundo Educativo, bem como reorganização da estrutura orgânica da Fundação Macau.

No âmbito do aproveitamento eficaz dos recursos humanos do Governo, procedemos ao aperfeiçoamento do mecanismo de mobilidade dos trabalhadores dos serviços públicos e à revisão dos respectivos diplomas legais, tendo basicamente concluído o estabelecimento de um mecanismo de mobilidade do pessoal aplicável a todos os serviços públicos. Por outro lado, atendendo às necessidades da construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, alarga-se o âmbito de aplicação de “comissão eventual de serviço” por forma a criar um mecanismo ainda melhor para o envio de trabalhadores dos serviços públicos para desempenhar funções na Zona de Cooperação Aprofundada.

Na realização de concursos para recrutamento de trabalhadores, promoção da digitalização da gestão interna dos serviços públicos, *upgrade* do Centro de Computação em Nuvem, estudo e desenvolvimento da nova geração do bilhete de identidade de residente, reforço da formação dos trabalhadores dos serviços públicos, entre outras áreas, temos também promovido ordenadamente diversas acções.

Este ano, pretendemos cumprir plenamente o plano legislativo anual. Dos 17 projectos legislativos, 12 propostas de lei foram concluídas e submetidas à Assembleia Legislativa (AL) e cinco serão apresentadas até ao final do ano. Para além dos projectos previstos no plano legislativo anual, até 14 de Novembro, o Governo da RAEM concluiu também a elaboração

e a apresentação à AL de nove propostas de lei, tendo promulgado, ainda, 50 regulamentos administrativos. Com o reforço da comunicação entre o Governo da RAEM e a AL, até 14 de Novembro, foram concluídas 15 leis em colaboração com a AL.

Quanto ao aprofundamento dos serviços electrónicos de registo e notariado, foram lançados o serviço de emissão *online* de cópias dos registos comercial e predial e o serviço de pagamento *online*. Foram introduzidas, ainda, novas funções na Plataforma de Consulta de Actos Notariais, tendo sido alargado o serviço de consulta de documentos notariais de notários públicos para notários privados para facilitar a verificação imediata da autenticidade do documento por parte da entidade receptora dos documentos notariais e garantir a segurança das transacções. A plataforma de informações do registo comercial lançada no ano passado tem funcionado bem e, até 31 de Outubro, o número acumulado de consultas na plataforma ultrapassou 1,53 milhões.

Considerando a multiplicidade das plataformas de informações jurídicas existentes, procedemos, em Abril, à integração do sistema de pesquisa jurídica da Imprensa Oficial, da “Base de Dados da Legislação de Macau” da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e do “Portal Jurídico de Macau” da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e lançámos a nova plataforma “Pesquisa Jurídica Acessível”, que já registou mais de 420 mil visitantes.

Relativamente à criação do regime jurídico da Zona de Cooperação Aprofundada, temos aproveitado, juntamente com as autoridades da Província de Guangdong, o poder legislativo da Região Económica Especial de Zhuhai, com o objectivo de estabelecer gradualmente a articulação das regras civis e comerciais da Zona de Cooperação Aprofundada com o sistema institucional de Macau. Além disso, para facilitar a aprendizagem, o emprego, o empreendedorismo e a vida dos residentes de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e a Direcção dos Serviços de Assuntos Jurídicos da Zona de Cooperação Aprofundada desenvolveram em conjunto acções de divulgação jurídica, esclarecendo, através de métodos diversificados, as políticas, as medidas e os regimes jurídicos da Zona de Cooperação Aprofundada.

A fim de melhor responder à epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus, elaborámos uma série de planos de contingência para garantia do abastecimento de produtos alimentares frescos e vivos, para prestação de apoio à subsistência das zonas de controlo selado e para realização de desinfeção e limpeza dos espaços públicos e das zonas de controlo selado, entre outros, os quais foram accionados de forma ordenada, durante o período do surto iniciado em 18 de Junho. O Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), em conjunto com as Companhias Nam Kwong e Nam Yue e os respectivos sectores sociais, assegurou com total esforço o fornecimento necessário de alimentos frescos e vivos, divulgando

diariamente a quantidade de abastecimento, para estabilizar os preços de mercado.

Durante o surto epidémico, o Grupo de Subsistência e Apoio, liderado pelo IAM, que contou com o apoio de cerca de mil trabalhadores da função pública, dos Tribunais, do Ministério Público, do Comissariado Contra a Corrupção e do Comissariado de Auditoria, de entre 14 serviços públicos, assistiu um total de 97 edifícios de código vermelho e prestou apoio de subsistência aos 25 mil moradores nas zonas de controlo selado, mediante distribuição de um elevado número de pacotes de alimentos de emergência, pacotes de hortaliças e carnes congeladas e marmitas, assim como prestação de apoio na entrega de artigos necessários. A par disso, foram reforçados, de forma contínua, os trabalhos de limpeza e desinfecção dos espaços e instalações públicas, tendo sido recolhidos resíduos domésticos nos edifícios de código vermelho.

No intuito de aliviar as inundações, em relação às redes públicas de esgotos dos locais, onde ocorrem com frequência inundações e zonas circundantes dos estaleiros de obras de grande envergadura, reforçámos o desentupimento de esgotos com a remoção de lodo, bem como a aplicação da lei, no sentido de combater contra a descarga ilegal de águas residuais a partir da fonte.

Em resposta às solicitações da sociedade, prosseguimos com a

optimização e expansão do espaço recreativo infantil, encontrando-se concluída, este ano, a optimização dos três parques recreativos infantis, localizados no reservatório, na zona de lazer provisória do Lam Mau e na Jardim da Flora, os quais foram bem acolhidos pela população de Macau.

Com a entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro do corrente ano, do Regime de gestão dos mercados públicos, o IAM empenhou-se em promover a divulgação deste novo regime junto dos arrendatários de bancas dos mercados públicos, tendo celebrado contrato de arrendamento com um total de 873 arrendatários. Por outro lado, foi normalizada a forma de indicação dos preços nos mercados e foi lançada a aplicação para telemóvel “Informações relativas aos Mercados”, que divulga diariamente os preços dos géneros alimentícios dos mercados, aumentando, deste modo, a transparência dos preços. Por sua vez, as obras de remodelação do Mercado Vermelho tiveram início em Maio, a elaboração do projecto de concepção para as obras de remodelação do Mercado da Horta da Mitra está concluída e, ainda no final deste ano, serão iniciadas as obras de reordenamento da segunda fase do Mercado da Taipa.

Ex.^{mo} Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O ano de 2023 será um ano importante para a recuperação económica de Macau. Esperamos contar com toda a população de Macau, para afastar

a nuvem negra da epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus e impulsionar as diversas acções governativas para um novo patamar.

Nos últimos três anos, alcançámos algum progresso no desenvolvimento da governação electrónica, mas não devemos ficar por aqui. Por esse motivo, iremos proceder à revisão dos diplomas legais relativos à governação electrónica, com vista a resolver as restrições existentes na concretização das operações electrónicas decorrentes de vários diplomas avulsos. Com base na “Conta Única 2.0”, o modelo de serviço que facilita a população será aprofundado. Para o efeito, iremos proceder à análise e simplificação dos respectivos fluxos de procedimentos dos serviços públicos e, através da interligação e interconexão de dados entre os serviços, serão reduzidas as formalidades de requerimento, os dados e documentos a apresentar assim como a frequência de deslocação aos diferentes serviços. Por outro lado, considerando que os serviços electrónicos de que as empresas e associações cívicas necessitam se diferem dos serviços destinados à população em geral, pretendemos criar, para as mesmas, um acesso próprio aos serviços electrónicos, para responder, da melhor forma, às suas necessidades.

Será estudada a criação de um regime disciplinar próprio aplicável ao pessoal de direcção e chefia, através da introdução de mecanismos nas entidades e nos procedimentos para o tratamento das infracções disciplinares cometidas pelo pessoal de direcção e chefia no exercício das

funções.

Após uma série de trabalhos de integração e reestruturação de serviços públicos e fundos autónomos, a estrutura orgânica e as funções da Administração Pública estão melhoradas. Com base nos trabalhos efectuados nos últimos anos, será feita uma revisão das funções de equipas de projecto e procedida a reestruturação necessária.

A actual segunda geração do bilhete de identidade de residente de Macau já conta com cerca de dez anos de utilização, a fim de reforçar a aplicação da digitalização e a sua função anti-falsificação, em 2023, será lançada a nova geração do bilhete de identidade de residente de Macau.

Tendo em vista a formação dos trabalhadores dos serviços públicos, será aperfeiçoado o regime relativo à formação e reforçada a aprendizagem sobre a Constituição, a Lei Básica e a Lei relativa à defesa da segurança do Estado, entre outras matérias, por forma a consolidar os valores fundamentais do amor pela Pátria e por Macau. Durante o surto epidémico, os trabalhadores dos serviços públicos empenharam-se no combate à epidemia na linha frente com disponibilidade total. O Governo da RAEM continuará a implementar as medidas de assistência e de apoio aos trabalhadores dos serviços públicos, no sentido de elevar o seu moral, por forma a melhor servirem a população de Macau.

Continuaremos a reforçar a coordenação legislativa e a organizar, de

forma científica e racional, os projectos legislativos. Nesta base, iremos implementar, com rigor, o plano legislativo anual, para concretizar os 16 projectos legislativos, designadamente no âmbito de bilhete de identidade de residente, governação electrónica, combate ao jogo ilícito, registo civil, registo de automóveis, electrónica dos registos e do notariado, contratação pública, actividade de mediação de seguros, trânsito rodoviário, aviação civil e funções do Comissariado contra a Corrupção, entre outros.

A Comissão de Assuntos Eleitorais da 7.^a legislatura da Assembleia Legislativa apresentou, de acordo com a lei, ao Chefe do Executivo o relatório final sobre as actividades eleitorais. O Governo da RAEM, tendo como referência o relatório final, irá iniciar os trabalhos de revisão da lei para aperfeiçoar o sistema eleitoral.

O regime dos registos e do notariado de Macau tem uma longa história, mas face à informatização e modernização, poderá vir a enfrentar desafios. Iremos efectuar estudos aprofundados sobre a legislação da área dos registos e do notariado, com vista a uma alteração geral. Com o aperfeiçoamento da legislação, a reestruturação do sistema informático dos registos e do notariado e a implementação das medidas de interconexão de dados com os serviços e entidades públicas, será concretizada a electrónica total de mais serviços dos registos e do notariado.

De acordo com as exigências do Projecto Geral de Construção da

Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, iremos explorar com empenho a articulação dos regulamentos e mecanismos das duas regiões, iniciando estudo com a Província de Guangdong através de produção legislativa, de nível provincial, de disposições gerais que podem contribuir para o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, de modo a aperfeiçoar o mecanismo de governação da Zona de Cooperação Aprofundada.

O ano de 2023 assinala o 30.º aniversário da promulgação da Lei Básica, iremos realizar, em conjunto com as diversas associações de Macau, uma série de actividades comemorativas para aprofundar o conhecimento dos diversos sectores da sociedade sobre a Lei Básica, continuando a ter como conteúdo principal da divulgação jurídica a Constituição, a lei relativa à defesa da segurança do Estado, bem como as leis e os diplomas legais relacionados com a vida da população.

Continuaremos a impulsionar os trabalhos para mitigar os problemas de inundações, tendo iniciado as obras da estação elevatória na Baía Norte do Fai Chi Kei, com vista a aumentar a capacidade de drenagem das zonas do Fai Chi Kei, do Lam Mau e da Avenida Horta e Costa durante as chuvas intensas. Ao mesmo tempo, será concluído o estudo sobre a remodelação do sistema de drenagem da Vila da Taipa e a elaboração do projecto de obras, prevendo-se que as respectivas obras tenham início de forma faseada, em 2024.

Continuaremos a implementar, de forma activa, a estratégia de desenvolvimento delineada no segundo Plano Quinquenal da RAEM que preconiza a adição e optimização de instalações de lazer municipais, proporcionando aos cidadãos mais e diversificados espaços de lazer. A obra de construção do campo de experiência de actividades juvenis de Hac-Sá será iniciada em 2023 de forma faseada, através das várias instalações dispostas no campo de experiências, este irá oferecer à juventude um local para praticar exercícios físicos e mentais.

A elaboração do projecto de obras da construção da segunda fase do corredor verde marginal da costa Sul da Península de Macau será concluída em 2023, sendo expectável que as respectivas obras sejam iniciadas ainda nesse mesmo ano. Este projecto, em conjugação com a forma da actual linha litoral, terá praça de actividades, campo livre, equipamentos de exercício físico e zona recreativa, proporcionando deste modo aos cidadãos espaços de actividades ao ar livre diversificadas.

A zona norte da Península de Macau tem uma alta densidade populacional, iremos envidar esforços para aumentar a construção de instalações de lazer existentes. O IAM, através da cooperação estreita com os serviços competentes, irá proceder à transformação do canídromo e do centro desportivo de Lin Fong num parque desportivo destinado à população, cuja elaboração do projecto de arquitectura prevê-se estar concluída em 2023. Além disso, com a anexação do terreno onde se situa

o viveiro de mudas do Canal dos Patos ao Parque Municipal Dr. Sun Yat Sen, será reajustada a disposição dos espaços do parque e serão adicionadas mais instalações recreativas. As obras de optimização das zonas de lazer do Bairro Tamagnini Barbosa terão, ainda, início para satisfazer melhor as necessidades dos moradores do bairro.

Atendendo à evolução da epidemia de Covid-19, continuaremos a ser firmes na aplicação das orientações da prevenção epidémica dos serviços de saúde, dando continuidade à implementação das medidas contra a epidemia que dizem respeito aos produtos alimentares importados, nomeadamente na salvaguarda estrita das três linhas de prevenção epidémica, isto é, o ambiente, os agentes do sector profissional e os produtos alimentares da cadeia de frio.

Devido à relação íntima entre os mercados públicos e a população em geral, a par da implementação contínua do novo regime jurídico referente aos mercados, iremos continuar a promover, de forma ordenada, o ordenamento do Mercado Vermelho, Mercado da Horta da Mitra e Mercado da Taipa, criando uma nova imagem dos mercados.

Por último, gostaríamos de agradecer o apoio prestado aos nossos trabalhos pelo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados e diversos sectores da sociedade. Aguardamos os vossos comentários e sugestões valiosas. Muito obrigado.